A crise da sociologia

Simon Schwartzman

O Estado de São Paulo, 22 de junho de 1979

Um fenômeno ainda pouco entendido ocorrido no Brasil nas últimas décadas foi o relativo esvaziamento da sociologia como atividade intelectual e acadêmica. Não é que a sociologia tenha deixado de existir: na realidade, hoje se formam mais sociólogos e cientistas sociais do que nunca. Mas, com as honrosas e significativas exceções de praxe, a sociologia parece ter perdido seu glamour intelectual, capturado pela ciência política, por um lado, e também pela antropologia e pela ciência econômica. Pensar um pouco sobre isto pode ajudar a entender alguns aspectos mais importante dos problemas do relacionamento entre a sociedade e o sistema político no Brasil.

Tradicionalmente, a ciência política era desenvolvida no Brasil como um ramo do direito, ou, mais especificamente, do direito constitucional. Nossos cientistas políticos clássicos eram conhecidos como "constitucionalistas"- o maior dos quais, possivelmente, foi Francisco Campos, e sua especialidade consistia em entender e eventualmente agir sobre o ordenamento jurídico e legal mais amplo do país.

A sociologia desenvolve-se no Brasil em grande parte como reação ao jurisdicismo excessivo de nossos constitucionalistas tradicionais. Seu ponto de partida é a noção de que o ordenamento jurídico não pode ser entendido como mera aplicação de princípios teóricos ou filosóficos mais gerais, mas depende de uma compreensão adequada da realidade social do país. A sociologia era assim, em seu início, essencialmente uma crítica ao formalismo jurídico e sua preocupação era também, desde o princípio, política.

Seria longo recapitular aqui todas as manifestações da sociologia brasileira em suas décadas formativas. Lembremos Gilberto Freyre e seus estudos quase-antropológicos sobre o relacionamento entre escravo e senhor na sociedade nordestina; os pensadores políticos na linha de Oliveira Viana, preocupados com a estrutura real do sistema clássico da sociedade brasileira tradicional; as duas principais escolas sociológicas de São Paulo, a da USP, fundada por Roger Bastide e que desenvolve uma série de trabalhos sobre a cultura negra, a cultura indígena e mais tarde a escravidão e sua interpretação em uma sociedade como a brasileira, e a da Escola Livre de Sociologia, aonde sobressaem os trabalhos iniciados por Emilio Williams. Lembremos ainda toda a linha de estudos sobre educação através de Fernando de Azevedo inicialmente e mais tarde dentro do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais sob a liderança de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Citemos ainda os trabalhos de sociologia eleitoral iniciados ainda na década de 40 dentro da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais por Orlando de Carvalho.

O destino político de quase todas essas tradições de trabalho é conhecido. Para tomarmos somente o exemplo dos estudos educacionais, é bastante claro que logo no início eles se dividiram em duas grandes linhas. Por um lado ficaram os educadores de formação mais tradicional preocupados com os aspectos pedagógicos e técnicos do ensino, e por outro os que, a partir de uma preocupação mais geral com a

questão do ensino e o papel do sistema educacional e universitário sobre o sistema político como um todo, tornaram-se cada vez mais impacientes com a especialização do estudo da educação enquanto tal, e passaram a se preocupar cada vez mais em entender e influenciar o sistema político como um todo. A discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a questão da Escola Pública, a Reforma Universitária, o projeto e a crise posterior da Universidade de Brasília atraiam todas as energias e a atenção de muitos dos mais capazes que viam nestas questões um jogo político de importância central, no qual a questão educacional enquanto tal perdia significação e relevância.

A premissa que justificava esta crescente politização dos estudos educacionais – e não só deles - é que todas as decisões importantes na vida de um país passam pelo centro político e que nada tem sentido fora do poder político. Não se trata, absolutamente, de um raciocínio falso. De fato, o sistema educacional de um país depende de recursos públicos, de objetivos que só podem ser estabelecidos em função de interesses nacionais mais amplos, e assim por diante. Mas é um raciocínio incompleto, porque não leva em conta duas coisas fundamentais. A primeira é que esta dependência do político não é sempre a mesma, mas varia no espaço e no tempo. A existência de uma forte demanda social por certos tipos de educação, por exemplo, pode levar a certas características do sistema educacional que independem em boa parte do regime político ou da vontade dos governantes. A segunda é que, ao partir da premissa de que tudo passa necessariamente pela esfera política, os cientistas sociais terminam por construir aquilo que tem sido chamado de "profecia auto cumprida".

Tomando ainda o exemplo da educação, o resultado deste processo foi uma divisão quase esquizofrênica entre os "técnicos" de educação – especializados em questões aparentemente menores e processuais – e os que, desde uma perspectiva extremamente politizada, perdiam de vista o que estava realmente ocorrendo no sistema educacional brasileiro. As transformações mais profundas pelas quais o sistema educacional do país passou nos últimos 10 ou 15 anos – que incluem, só no nível universitário, a criação de um sistema gigantesco de pós-graduação e a ampliação do número de estudantes superiores por um fator de cinco – só agora começam a ser percebidas e, pouco a pouco, interpretadas em estudos mais sérios e de qualidade.

O que a sociologia não perdeu para a ciência política ela perdeu para a economia e a antropologia. Apesar de suas origens extremamente conservadoras, como ciência colonialista e preocupada com a preservação e estagnação das sociedades "tradicionais" ou "primitivas", a antropologia termina estabelecendo-se entre nós como uma disciplina preocupada com o conhecimento mais próximo das populações mais marginalizadas e potencialmente vitimadas pelo processo de modernização capitalista do país – os índios e, por extensão, as populações camponesas e os setores marginais das grandes cidades. A economia reuniu, por assim dizer, o melhor de dois mundos. Por um lado, a tese marxista clássica de que o sistema produtivo é a grande matriz para o entendimento de todos os fenômenos sociais e políticos atraiu para a disciplina muitos talentos que em outra época teriam se dirigido para a sociologia. Por outro lado a visão extremamente estreita da tecnocracia que se desenvolve no período pós-64, de que todos os problemas do país deem ser submetidos a um equacionamento técnico de tipo econômico, atrai para esta área recursos

governamentais que as ciências sociais mais tradicionais, vitimadas pela suspeita e a repressão, não conseguiam. Ainda para ficarmos no exemplo da educação, é a chamada “teoria do capital humano”, criação intelectual da Escola de Chicago, que passaria a dar o tom nesta área, para grande descrédito e desânimo dos educadores mais tradicionais.

O esvaziamento do interesse pela sociologia pode ser interpretado como resultado da profunda descrença do intelectual brasileiro de que grupos, setores, classes e instituições sociais de vários tipos possam organizar-se, definir seus próprios interesses e conveniências e a partir daí comparecer diante de outros setores da sociedade e do próprio Estado como algo mais que suplicantes, aproveitadores ou contestadores. O renascimento e a valorização da sociedade, em todos os seus aspectos, pode talvez significar um novo alento para a sociologia.